

O significado político da greve e a Realpolitik

Isabel Loureiro.

Como citar: LOUREIRO, Isabel. O significado político da greve e a Realpolitik. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 175-186. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p175-186>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O SIGNIFICADO POLÍTICO DA GREVE E A *REALPOLITIK*¹

Isabel LOUREIRO²

Não poderia ser mais oportuna a vinda do Prof. Negt a São Paulo do que neste momento em que estamos em greve nas três universidades públicas paulistas em defesa do ensino público de qualidade e gratuito. Embora possa parecer espúrio ligar as reflexões de Oskar Negt e Alexander Kluge (1998) sobre a política e a nossa greve, o fato é que elas nos ajudam a fazer um balanço do que ocorreu durante este mês, e nessa medida, refletir sobre a esfera da ação política, tema do livro em questão.

Independentemente do pequeno benefício econômico que se possa obter com a greve (todos nós concordamos que para resolver as dificuldades financeiras de um professor universitário em tempo integral até mesmo os 25% de reajuste que reivindicávamos no início era pouco), o grande saldo positivo foi que professores, funcionários e estudantes voltamos a fazer política.

Com isso, retomamos a iniciativa, em vez de ficarmos eternamente nos lamentando pelos corredores, abatidos com o excesso de trabalho, com a falta de perspectivas, sempre reclamando com os colegas da vida sem sentido que estamos levando. Falta de professores, classes superlotadas, infra-estrutura precária e ultrapassada, exigências burocráticas que nos obrigam a preencher cada vez mais formulários inúteis, que logo serão substituídos por outros formulários ainda mais inúteis, em nome da modernização, da eficiência e da produtividade (a maior parte do tempo com o

¹ Texto escrito para expor como debatedora de Oskar Negt, no Campus da UNESP, em Assis, no dia 5 de junho de 2000. Em virtude da greve, a atividade foi suspensa e o texto acabou sendo apresentado no dia seguinte, no Campus de Marília, em mesa-redonda com o deputado Ivan Valente, tendo sido uma das muitas atividades na greve realizadas nesse Campus.

² Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília.

objetivo de fornecer às agências de fomento dados quantitativos para mostrar ao Banco Mundial o nosso “progresso” em termos educacionais e de pesquisa), tudo isso coroado por uma remuneração tão baixa que chega a ser ridícula.

Não é o caso de repetirmos aqui a análise que vem sendo feita de todo esse processo de sucateamento do serviço público no governo FHC, como resultado da adesão ao figurino neoliberal e às suas políticas privatizadoras. A tentativa de privatização do ensino superior público no Brasil é apenas mais um capítulo da mundialização do capital, como bem explicou o físico brasileiro Roberto Salmeron em artigo publicado no caderno Mais! da *Folha de S. Paulo* de 26 de março deste ano.

Numa reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1994, foi assinado um Acordo Geral para o Comércio de Serviços, em que a educação foi considerada serviço. Em outras palavras, uma mercadoria muito lucrativa, uma vez que representa um dos maiores mercados mundiais à disposição do capital financeiro, tanto que, como explica Salmeron, “A campanha na OMC pela privatização do ensino em nível mundial é intensa.” Entretanto, é bom esclarecer que “A educação que interessa aos círculos financeiros é a de nível superior, visando a formação de profissionais.” Ou seja, o que se pretende, neste modelo, é vincular a instituição universitária às exigências imediatistas do mercado, aniquilando a idéia de universidade tal como foi até agora levada a cabo nas nossas universidades públicas, “universidades como centros de ensino e de criação intelectual nos mais variados domínios, artes, letras, ciências humanas e ciências naturais e exatas, lugar de germinação da cultura e da identidade de um povo”, nas palavras de Salmeron. Ou como se dizia antigamente, como espaço da consciência crítica.

Em face deste panorama desolador, a greve das universidades públicas paulistas veio mostrar uma *inesperada* capacidade de luta e de resistência contra o plano privatizador do governo, que se revela de forma clara nos baixos salários que obrigam docentes e funcionários a procurarem “bicos” fora da universidade,

a trabalharem nas fundações dentro das universidades (privatização branca) ou a simplesmente optarem pelas universidades particulares.

Este quadro é bem conhecido de todos nós e só quis pintá-lo aqui rapidamente para que o Prof. Negt saiba qual é o cenário em que estamos inseridos. O que não era bem conhecido (ou melhor, o que não era nada conhecido, por isso usei a palavra “inesperada”) era a vontade de erguer uma barreira contra tudo isso e voltar a pôr em cena a ação política. E assim recuperar uma dignidade que não sentíamos há muito tempo, a capacidade de dizer não a esse modelo bárbaro e destruturador da sociabilidade humana, que só vê por toda parte consumidores no lugar de cidadãos.

A greve (até que algum iluminado descubra outro método) é um instrumento de luta adequado, contrariamente ao que pensam dois professores da UNESP de Araraquara, que escreveram um texto (Milton Lahuerta e Marco Aurélio Nogueira (2000),³ para dizer o mínimo, desmobilizador, antes do início do movimento, alertando do alto da sua sabedoria de cientistas políticos (que pretendem conhecer as leis que governam a história e as sociedades e, de posse desse saber, prevêem a derrota inevitável da greve) para o “cortejo de conseqüências deletérias” de greves “que não educam politicamente”, que são desencadeadas de forma irresponsável por uma minoria, que “Não deixam claro sequer seus motivos”, que não vêem “contra quê ou quem se está efetivamente brigando”. Temos a impressão, ao ler este diagnóstico, aliás inteiramente desmentido pelo atual movimento, de que os professores grevistas, em sua absoluta maioria, são uma cambada de esquerdistas contumazes e irresponsáveis, incapazes de perceber que a greve “precisa ser praticada com sabedoria”(sic!) para preservar seu sentido como instrumento de luta.

Deixando de lado o tom arrogante do artigo, que pretende dar lições de política aos colegas, seus iguais, gostaria de indicar

³ Este artigo foi divulgado na internet a partir do dia 20 de abril de 2000, antes de ser publicado no *Jornal da Unesp*. O artigo que faz parte da presente coletânea, intitulado *Greves, crises e poder de agenda na universidade*, incorpora na sua primeira parte uma versão modificada pelos autores do texto aqui comentado.

que, na atual greve, está ocorrendo precisamente o contrário do que é dito pelos mencionados professores. E se eles erraram foi porque sua concepção de política é aquela criticada pelo livro de Negt e Kluge – a *Realpolitik* –, incapaz, por sua própria natureza, de captar o *novo* que surge espontaneamente no cenário histórico.

Antes de fazer uma comparação entre a *Realpolitik* e a política emancipadora que Negt e Kluge querem construir, na “tradição do Iluminismo europeu e do pensamento dialético vivo”, como dizem no Prefácio à edição brasileira (p. 13), quero fazer algumas observações sobre o artigo em pauta, na tentativa de encaminhar o tema que estou abordando.

Em primeiro lugar, é um equívoco enorme dizer que greves na universidade não educam politicamente. Aliás, o indiscutível saldo positivo desta greve até agora foi precisamente a educação política de todos os setores nela envolvidos, sobretudo os estudantes que, pela primeira vez, participam de uma luta em defesa do patrimônio público ameaçado, a qual se insere num combate mais amplo por um futuro melhor. Por um lado, porque esses jovens tomaram consciência de que sem ação direta nada muda e de que o futuro é sombrio; mas, por outro, porque se solidarizaram com os de baixo e resolveram dizer “chega!”. Até que ponto a participação ativa dos estudantes não é sinal de uma enorme impaciência em relação ao crescente endurecimento do governo – que não pode permitir reivindicações sociais sob pena de não cumprir à risca os compromissos com o capital internacional?

Seria interessante uma pesquisa que mostrasse o papel desmistificador que exerceu sobre eles a violência policial contra os índios em Porto Seguro, contra os Sem-Terra e, por fim, contra eles mesmos e os professores na manifestação da Avenida Paulista no dia 18 de maio. Por exemplo, a internet foi amplamente utilizada para manifestar a raiva e o inconformismo provocados pela repressão da polícia e pela manipulação da mídia, lição que dificilmente será esquecida. Aliás, seria interessante pensarmos no papel desempenhado pela internet, instrumento poderoso de união e de cuja força não se tinha idéia antes das manifestações de Seattle.

Nada substitui a experiência direta que todos nós estamos tendo no dia a dia da greve, mas, volto a insistir, sobretudo os estudantes, porque é seu batismo: aprender a fazer assembleias, discutir, argumentar, escrever panfletos, tomar decisões, divulgar informações, assistir aulas públicas no gramado da USP, cujo objetivo é a politização dos ouvintes, etc.

Em suma, a greve, como bem destacou Antonio Candido na aula do dia 15 de maio (sobre o tema *Cidadania e movimentos sociais*), é um meio fundamental para manter e ampliar a cidadania, visto que, num país como o nosso, a desigualdade não pode ser abolida apenas pela lei. Sem luta contínua, sem resistência, direitos não são obtidos ou são perdidos. As elites governantes querem que passemos diretamente de escravos a clientes, porém insistimos em nos tornar cidadãos.

Outra afirmação incorreta do artigo em pauta é a de que nós não sabemos sequer contra quem estamos brigando. Todos nós temos clareza de que estamos lutando contra a tentativa de transformar nossas universidades públicas em empresas, tendência inscrita no atual momento de valorização do capital, ou seja, contra a tentativa de introduzir, também na universidade, dois tipos de educação, à semelhança do que foi feito no ensino fundamental e médio: a dos pobres e a dos ricos. O que nós queremos foi muito bem sintetizado por Antonio Candido, numa palestra dada há anos: “[...] incentivemos a pesquisa e a produção intelectual, condições do progresso do conhecimento, mas restauremos o ‘ser docente’, no sentido ontológico e ético, configurando profissionais que queiram ser professores e não se acanhem disso.” Algo muito simples aparentemente, mas que vem sendo inviabilizado de forma sistemática pelo atual governo.

Voltemos ao livro de Negt e Kluge. Em termos bem amplos, podemos dizer que suas reflexões visam recuperar o espaço do agir político, que foi usurpado pela esfera do mercado. Para escaparmos desse beco sem saída em que se transformou a vida social controlada pela aceleração do mercado financeiro, é preciso que nós, os atores sociais, com nossas necessidades e interesses,

passemos a *agir conscientemente*, em vez de deixarmos a política nas mãos de profissionais pragmáticos que, falando em nosso nome, manejam “habilidosamente” a arte do possível. Foi assim que a *Realpolitik*, ou seja, a política tradicional entendeu até hoje a política. Segundo nossos autores,

A *Realpolitik* representa um ideal dos séculos XIX e XX: procuram-se e acham-se talentos políticos, mas não entre os que agem por convicção, e sim entre os pragmáticos, os peritos no ramo. Se [...] tivermos diante dos olhos os resultados concretos desse tipo de política no século XX, não poderemos deixar de perguntar se não há algo de errado na estrutura desse conceito de política e em seus efeitos objetivos. Essa política provou-se inútil sob vários aspectos. Ela não produz algo durável e, por essa simples razão, não produz uma comunidade. Nos momentos em que uma comunidade se insinua, isto é, nos momentos em que as pessoas começam a se organizar por si mesmas e de acordo com seus interesses vitais, a *Realpolitik* dedica-se exatamente a intervir nesses processos, interrompendo sua continuidade, o que significa que ela se empenha em impedir a concretização de melhores possibilidades de organização da comunidade. Diante de interesses que eram orientados em função da comunidade e que se entendiam como políticos, a *Realpolitik* sempre fez valer o ponto de vista depreciativo que os encara como mera utopia, contribuindo assim para a mistificação do poder de realidade do que é dado. (p.21-22)

Duas idéias me interessam nesta passagem:

1. a *Realpolitik* não produz algo duradouro, uma comunidade; ao contrário, ela impede sua criação. Em nome do que existe, qualquer alternativa visando o bem comum é vista como mera utopia. Voltando à greve: a posição dos pragmáticos, que olham os grevistas com ar *blasé* ou com ironia porque pretendem saber de antemão que “a greve não vai dar em nada”, a esses eu responderia usando as seguintes palavras de Negt ao ser entrevistado pelo Prof. Carlos Eduardo Jordão Machado: “há situações históricas nas quais as utopias são realistas”. Ou seja, muitas vezes o realismo político não passa de justificativa para

a falta de solidariedade, para o comodismo e a sujeição ao existente. A “utopia realista”, no nosso caso, é que decidimos não aceitar o que estava dado em termos econômicos e políticos; iniciamos o movimento, como sempre, aceitando o *risco* que ele comporta, apostando no seu resultado positivo. Não há política sem *aposta*, sem risco, e todos nós aceitamos encarar isso ao entrar em greve, porque valia mais a pena correr o risco de sermos derrotados do que ficar na segurança medíocre do já conhecido. Isso quanto à idéia de utopia.

2. Quanto à idéia de comunidade, eu diria o seguinte: o dia a dia da greve cria justamente uma comunidade diferente daquela da vida “normal”, cria solidariedades diferentes, às vezes insuspeitas (e também inimizades), uma comunidade que se rege por outros princípios e outras regras. Dizem os autores, no trecho citado, que uma comunidade começa a produzir-se quando as pessoas se organizam por si mesmas, segundo seus interesses vitais. A auto-organização sempre foi insuportável para o político realista que teme perder o controle da situação e conseqüentemente o poder. Mais uma vez, no caso da greve, há um germe de auto-organização, ainda que no plano restrito da instituição. Os participantes sabem decidir democraticamente o que deve e o que não deve funcionar, e de modo geral, os conflitos são resolvidos pacificamente.

Os nossos autores lembram que a *Realpolitik*, que dominou o Ocidente nos dois últimos séculos, só teve resultados catastróficos e isso porque não tem por objetivo ampliar a autonomia humana, a qual só é possível no interior de uma esfera pública independente, cuja vitalidade resulta de conservarmos “aberto o caminho imediato entre a subjetividade e a comunidade” (p.303). Indivíduo e comunidade não são pólos antagônicos; pelo contrário, um se fortalece com o fortalecimento do outro, e não às expensas do outro. E a comunidade só pode ser fortalecida a partir da ação política *consciente* dos indivíduos no interior da comunidade. É aqui que surge a possibilidade de aguçarmos “nossa capacidade política de julgar” (p.17), ou seja, nossa “capacidade de discernimento”, e de passarmos

a ser críticos em relação “à realidade de concreto armado das relações existentes” (p.10).

No livro de Negt e Kluge, é central o vínculo entre política e capacidade de discernimento – a capacidade de distinguir entre uma prática que leva à emancipação, à organização racional da sociedade e à libertação individual e outra que é indiferente a tudo isso, e que se limita a formar a política como uma esfera profissional à parte. Para que a dimensão política da vida possa ser exercida num sentido emancipador é preciso haver o que Negt/Kluge chamam de *relações de medida* (*Relações de medida em política* é precisamente o título da obra em alemão), ou seja, é necessário haver uma proporção entre os vários elementos constitutivos da vida social, tendo por objetivo o bem-estar da comunidade. “Se observadas atentamente, a autodissolução do ‘socialismo realmente existente’ e a reunificação da Alemanha contêm em si relações de medida muito ricas; mas a rapidez do desenvolvimento não garantiu a nenhum elemento o *tempo adequado para o seu desdobramento*” (p. 17). Em outras palavras, uma política que vise sujeitos autônomos carece de tempo – só assim uma comunidade pode criar-se e desenvolver-se. “Essa reserva de tempo é, em política, a relação de medida mais importante” (p. 26). Onde não há tempo não há medida, e sim confusão, equívoco, destruição.

Portanto, reconquistar a esfera pública, espaço da ação política, implica fazer a crítica do conceito técnico-administrativo de tempo, ao qual a política se encontra subordinada, em nome do tempo humano. Em contraste com a idéia de contração do tempo, reduzido hoje ao giro do mercado financeiro, Negt recorre à sugestiva reflexão de Walter Benjamin sobre a revolução de julho na França, em que os revolucionários atiravam nas torres dos relógios a fim de pararem o tempo. “A apropriação do espaço público, sua ocupação prática, é inimaginável sem um momento de parada do tempo, sem que se parem os relógios” (p. 89). O objetivo aqui é a formação de uma coletividade livre, não a produtividade e o lucro que, para se realizarem, precisam da “aceleração incondicional” (p. 147), da renovação incessante e, por conseguinte, da destruição e do esquecimento de tudo que não é “moderno”.

Contra “a velocidade como política” (p.283), que só leva ao “tempo vazio da repetição do mesmo” ou a um tempo “em que todo compasso contém a desvalorização do anterior”, Negt pensa que “vale para as vidas humanas o que Rousseau disse a respeito da educação das crianças, isto é, que não se trata de ganhar tempo, mas de perder tempo. Elas necessitam de tempos qualitativos, orgânicos”(p. 285). Daí a exigência da recordação, do trabalho do luto sobre tudo que se perdeu, pois “só o trabalho sobre o que foi esquecido e perdido abre uma livre perspectiva para o futuro” (p. 90).

Eis o progresso segundo Negt: “produção de espaço e de tempo públicos, para trazer de volta à memória os problemas reprimidos do passado e à tona a realidade oculta.” Talvez não seja ocioso lembrar que aqui a psicanálise está no horizonte. A idéia de progresso como aceleração incessante, que desconsidera os ritmos diferentes da história e da natureza orgânica, até agora só nos levou à catástrofe. Por isso mesmo as revoluções, ao interromperem o curso quotidiano do tempo, dão lugar a energias novas, reprimidas, que brotam inesperadamente, dão espaço para a solidariedade, a criatividade dos atores políticos que, procurando responder às questões deixadas sem solução pelo caminho, procuram realizar as esperanças do passado, ou, em outras palavras, redimir o passado (acabando com a injustiça e o sofrimento). É esse conteúdo utópico que as reflexões de Negt e Kluge mantêm no horizonte, como uma espécie de relação de medida que permite fazer a crítica da *Realpolitik*.

No mais, os autores pensam que é possível que a redução da jornada de trabalho contribua para que o tempo disponível favoreça a capacidade de recordação e a capacidade de os indivíduos se abandonarem “às relações complicadas e cuidadosas de um mundo afetivo desenvolvido” (p. 164). Se isso ocorrer “o resultado poderia ser algo comparável ao ócio da Antigüidade grega. O ócio é uma forma pública de dispor do tempo” (p. 165). É um tempo de incubação, que espera o momento de crescer (p. 217), de amadurecer. É um tempo qualitativo, orgânico, o tempo da vida humana e não o tempo quantitativo, rápido, da valorização do capital. Numa sociedade com muito tempo livre, todos poderiam dedicar-se aos

assuntos coletivos, e essa camada separada de especialistas da coisa pública, os políticos, se tornaria anacrônica.

Depois dessa rápida exposição de algumas das idéias centrais do livro, voltemos à universidade e tentemos fazer algumas ligações com a nossa realidade atual.

Negt faz a defesa do tempo lento da experiência contra o tempo vertiginoso do capital; busca recuperar a lentidão que permite pensar coletivamente e traçar o caminho que queremos percorrer. O oposto do que vivemos hoje, até mesmo na Universidade – aceleração constante, na tentativa ilusória de implantar um padrão eficiente, moderno, produtivo (veja-se o encurtamento dos prazos na pós-graduação), quando na verdade o pensamento crítico e a formação de cidadãos requerem tempo. De nada adianta querer introduzir às pressas a modernidade na educação, o progresso das máquinas, quantitativo, sem prestar atenção ao elemento humano, que é o principal. Como diz o Prof. Alfredo Bosi, em artigo publicado na revista *praga* nº 6, fazendo um balanço da política educacional do governo FHC:

Continua, pois, vigorando o primado das coisas sobre as pessoas. Computadores e TVs aos milhares sem professores respeitados e estimulados são sucata virtual. Livros didáticos sem mestres que os leiam e os trabalhem com garra e entusiasmo são pilhas de papéis destinados ao lixo do esquecimento. Nada há que ‘reciclar’, nada a avaliar enquanto não se eleva a plataforma inicial. Só neste caso será possível atrair para a escola talentos e vocações. As coisas sem as pessoas são letra morta. Preferir as coisas a pessoas não é realismo. É equívoco ou conformismo.

Ou seja, a luta pela universidade pública insere-se numa visão de mundo que encara o progresso em termos de “produção de espaço e de tempo públicos”, como quer Negt. O que tem tudo a ver com a reivindicação de Marilena Chauí, em artigo também publicado na revista *praga* nº 6:

[...] reivindico que a universidade seja o lugar onde possamos viver para cultivar nosso espírito encarnado e situado e formar espíritos encarnados e situados para que nós e eles, porque

encarnados e situados em condições históricas determinadas, possamos compreender a realidade que nos envolve e de que somos parte; reivindico que a universidade seja um campo de reflexão, crítica, embates e combates, de descoberta e invenção cujo compromisso primordial seja com a verdade porque tal compromisso é, em si mesmo, desejo de liberdade, beleza, justiça e felicidade, e somente esse compromisso assegura uma docência capaz de formar gerações cultivadas, que intervenham na sociedade e na política, movidas pelo conhecimento e pelo sentimento do verdadeiro, do belo, do bom e do justo.

Foi para impedir que esse ideal de universidade, que é o nosso, fosse totalmente aniquilado que entramos em greve. Espero que este período de ruptura da vida quotidiana, que tem levado toda a comunidade acadêmica a refletir sobre que universidade queremos, dê frutos que possam ser colhidos por todos nós num futuro próximo.

Referências

LAHUERTA, M.; NOGUEIRA, M. A. Greves e educação política. *Jornal da Unesp*, maio de 2000.

NEGT, O.; Alexander KLUGE, A. *O que há de político na política?* São Paulo: Editora Unesp, 1998.